

LIBERDADE E APRENDIZAGEM: CONSIDERAÇÕES SOBRE A OBRA ROUSSEAUNIANA¹

Letícia Maria Passos Corrêa²Neiva Afonso Oliveira³

RESUMO: O presente artigo disserta, a partir de uma hermenêutica da obra rousseauiana, sobre a categoria liberdade e suas relações com o Ensino de Filosofia, bem como sua conexão com os processos relativos à Formação Humana. Primeiramente, são trabalhados os conceitos envolvidos. Na segunda seção, debruça-se a relacionar a categoria trabalhada aos propósitos da Formação Humana. Na sequência, procura-se perceber exemplos de condutas relacionadas às categorias no Emílio, de Rousseau. Por fim, na última divisão do texto, são tratadas propostas de indicações pedagógico-metodológicas a serem desenvolvidas, a partir da categoria em questão, da obra rousseauiana e com o propósito da Formação Humana, com vistas ao exercício do filosofar/ Ensino de Filosofia/ arquitetura do ser em formação.

Palavras-chave: Liberdade, Jean-Jacques Rousseau, Ensino de Filosofia, Formação Humana, Educação.

LIBERTY: CONSIDERATIONS ON ROUSSEAUNIAN WORK

ABSTRACT: The article in question discusses, stemming from an interpretation of Rousseau's work, the category of liberty and its relation with the Teaching of Philosophy, as well as its connection with processes relating to Human Formation. Firstly, the involved concepts are worked with. In the second session, the relation between the topical category and the purposes of Human Formation are studied. Following that, examples of conduct relating to the categories are sought after in Rousseau's Emile. Finally, in the last section of the text, propositions are made of pedagogical-methodological designations which should be developed, stemming from the subject category, from Rousseau's work with the purpose of Human Formation, with views on the exercise of philosophizing/ Philosophy Teaching/ the architecture of a being mid-formation.

¹ Adaptado de capítulo da tese de doutorado, escrita por Letícia Maria Passos Corrêa, intitulada "O exercício do filosofar como caminho para a formação humana: uma hermenêutica da obra de Jean-Jacques Rousseau para pensar o ensino de filosofia". A tese foi orientada pela Prof^a Dr^a Neiva Afonso Oliveira, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas; defendida e aprovada em maio de 2017.

² É Doutora e Mestre em Educação e Licenciada em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas. Atualmente, é Professora de Filosofia no Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Endereço postal: Av. J. K. de Oliveira, 2000, bloco Q, apartamento 110, São Gonçalo, Pelotas, RS, CEP 96075810. Contato: leticiampcorrea@gmail.com .

³ É Pós-Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina; Doutora e Mestre em Filosofia, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Licenciada em Filosofia pela Universidade Católica de Pelotas. Atualmente, é Professora e Orientadora no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Pelotas. Endereço postal: Rua Pinto Martins, 643, Centro, CEP 96020350. Contato: neivaafonsooliveira@gmail.com .

Keywords: Liberty, Jean-Jacques Rousseau, Philosophy Teaching, Human Formation, Education.

Quando se pensa em Educação, objetiva-se formar indivíduos livres e aptos a atuarem no mundo de forma independente, capazes de cuidarem de si próprios, dos outros e do ambiente onde vivem. Rousseau, ao escrever “*Emílio ou Da Educação*”, descreve os cuidados que devem ter aqueles que são responsáveis por um infante ou por um jovem e nos mostra que antes de nos tornarmos autônomos, enquanto crianças e adolescentes, éramos dependentes de nossos responsáveis, tanto dos cuidados físicos, relativos à proteção do corpo, quanto às relações afetivas. Enquanto crianças, por não termos desenvolvido ainda um olhar racional para ver o mundo, éramos puramente sensação e sentimentos.

Neste contexto, urge que pensemos acerca do significado do conceito Liberdade. Libertar é um processo que envolve pensamento e reflexão. E o aprender implica em liberdade para que o indivíduo possa efetivamente ser e se desenvolver a medida em que o processo se desenrola. Com o objetivo de pensar a formação humana, vista como horizonte da Filosofia da Educação, faz-se relevante situar alguns elementos sobre o desenvolvimento da categoria liberdade, a partir da obra rousseauiana, com vistas ao Ensino de Filosofia.

1. A liberdade como categoria filosófica

Há uma “linha” muito tênue no que se refere à diferenciação entre liberdade, autonomia e emancipação. De certo modo, os três encontram-se “entrelaçados” em uma rede de concepções liberais e marxistas. Assim, quando nos referimos a um desses termos, de alguma forma, também nos dirigimos aos demais. Rousseau utiliza mais o vocábulo liberdade do que autonomia e emancipação em suas obras. Em uma das suas citações mais conhecidas, no primeiro capítulo do primeiro livro de sua obra mais famosa, o “*Contrato Social*,” refere-se à liberdade da seguinte forma: “O homem nasceu livre e em toda parte é posto a ferros” (ROUSSEAU, 2012, p. 23).

A partir desta citação, percebemos que a liberdade a que Rousseau se refere diz respeito ao Estado de Natureza, onde não havia a perspectiva da dominação e da

obediência. No momento em que fomos lançados ao estado social, somos sempre “*postos a ferros*”, “*acorrentados*” em nossas amarras morais e dominados em função da desigualdade derivada das consequências da existência da propriedade privada. Mesmo que estejamos do lado do “dominador”, somos prisioneiros de um sistema capitalista que nos dá uma falsa ilusão de poder, quando, na verdade, estamos submetidos às condições de exclusão e à lógica de um sistema econômico que a nós é imposto.

A categoria autonomia aparece, na História da Filosofia, a partir de Immanuel Kant, na obra “*Fundamentação da Metafísica dos Costumes*”, em 1785. Ou seja, é posterior ao tempo vivido por Rousseau. Nosso foco, neste artigo, é o de trabalhar conceitos que tenham sido trabalhados pelo filósofo genebrino. Nesse caso, nos referimos especificamente à questão da liberdade, categoria amplamente trabalhada na totalidade da obra rousseauiana. É necessário enfatizar que autonomia e emancipação são categorias correlatas, e consideramos importante que se façam distinções entre estas e que as mesmas venham a somar com o entendimento que temos sobre liberdade. De acordo com Abbagnano (2007, p. 111), a autonomia é: “(...) um termo introduzido por Kant para designar a independência da vontade em relação a qualquer desejo ou objeto de desejo e a sua capacidade de determinar-se em conformidade com uma lei própria, que é a da razão”.

Um ser autônomo é aquele capaz de discernimento entre seus desejos e seus deveres morais. É aquele capaz de escolher por si mesmo, resistir aos apelos dos sentidos e agir de acordo com as leis racionais, distinguindo-se dos ditames da heteronomia. Kant (2017, p. 1), no texto “*Resposta à pergunta: Que é o Iluminismo?*”, define menoridade como “(...) a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem”. Ou seja, sua forma contrária, a maioridade, consistiria em pensar por si mesmo e agir por conta própria. Kant escreve este texto movido por um impulso semelhante ao vivido por Rousseau quando se “debruça” a refletir sobre as questões propostas pela Academia de Dijon e redige os dois Discursos. Kant responde ao “*Berlinische Monatsschrift*” e defende, celebradamente, a ideia de autonomia como propulsora da maioridade. Já em “*Sobre a Pedagogia*”, Kant salienta que, apesar da construção do sujeito consistir em algo individual, são necessários

cuidados, formação e educação por parte daqueles que são incumbidos da tarefa de conduzir alguém para a construção de sua autonomia.

Autonomia distingue-se de liberdade e emancipação. Liberdade enseja, redundantemente, o ato daquele que é livre. Rousseau trabalha com tal conceito de maneiras distintas. A liberdade é condição para que a autonomia possa acontecer. Dent (1996, p. 156) comenta a respeito de uma das acepções da liberdade a partir da ótica rousseauniana: “Ele afirma (...) que os seres humanos têm uma capacidade (...) de frear seus impulsos imediatos ou de iniciar uma ação deliberada, não-impulsiva, em atenção ao bem futuro”.

Sendo assim, a liberdade distingue-se da autonomia por não somente limitar os instintos naturais, mas por ensejar o início de novas deliberações. A liberdade é o que permite ao homem constituir-se como pessoa, construir o que se é, ser responsável por sua própria existência. Nessa mesma linha de pensamento, observamos que a liberdade consiste em uma condição para que diferentes aprendizados possam ocorrer por parte do indivíduo, pois não podemos forçar alguém que não esteja disposto ao aprender. A liberdade envolve uma escolha consciente do indivíduo a se dispor ou não às condições que viabilizam o processo do aprender.

Diferentemente dos dois conceitos anteriores, a emancipação acontece quando o indivíduo ou um grupo social encontra-se inserido dentro de um “processo de libertação (...) em relação a qualquer tipo de vínculo religioso, político, econômico, etc. que impeça sua plena realização” (ABBAGNANO, 2007, p. 362).

A emancipação requer ou tem em seu horizonte a dominação. E, a partir da perspectiva de dominação, o indivíduo pode emancipar-se, dando margem para sua libertação, sua independência, em relação ao vínculo a que se encontrava submetido. Pensando a emancipação no contexto da educação/instrução, Rancière diz:

Instruir pode, portanto, significar duas coisas absolutamente opostas: confirmar uma incapacidade pelo próprio ato que pretende reduzi-la ou, inversamente, forçar uma capacidade que se ignora ou se denega a se reconhecer e a desenvolver todas as conseqüências desse reconhecimento. O primeiro ato chama-se embrutecimento e o segundo, emancipação (2002, p. 11).

Em se tratando da educação, questionamos: de que forma nós, filósofos da educação e professores de Filosofia, poderemos enfrentar os gravíssimos problemas

que estamos vivenciando atualmente? Com um olhar mais atento, percebemos o delineamento ideológico de vários slogans que proclamam a educação como um mecanismo para se atingir a liberdade. Liberdade é uma palavra que seduz ao ser humano e, mais ainda, aos jovens. O sujeito que consegue exercer com plenitude sua liberdade aparenta uma sensação de poder, por estar atribuído da capacidade de realizar qualquer ação. Assim, a ideia e a aparência da liberdade carregam consigo a imagem de um ser que é capaz de todas as ações possíveis, onde não existam limites para o que se pensar e se ousar realizar. Tal ideia, se analisada de forma mais realista, apresenta-se de forma onírica. Sabemos que, por mais que o ser humano seja livre para construir sua própria história, nem tudo lhe é possível em todos os momentos.

A educação oferece um “solo fértil” para a ideologia. A liberdade consciente – que se distingue da liberdade ideológica – requer condições para seu exercício e necessita da construção de estratégias para que possam ser vivenciados os planos, metas e sonhos que o sujeito carrega consigo. Entretanto, como os jovens poderão escolher algo que não lhes será oferecido e que, portanto, não conhecem? Tal situação, tão real e desgastante nos tempos em que vivemos representa um grande exemplo de tantos mascaramentos da realidade que a palavra liberdade pode suscitar.

Rousseau por muitos é conhecido como o “filósofo da liberdade”. Em sua vida, prezava por uma vida segundo os ditames da natureza, em que pudesse ser livre para construir sua própria história. Erroneamente, muitas vezes é atribuída a Rousseau uma proposta de educação do tipo *Laissez-Faire*, onde não haveria direcionamento por parte do educador. A educação que Rousseau propunha era de um modelo negativo, mas que, em alguns momentos, apresentava direcionamentos e proposições. Sobre a liberdade, segundo Rousseau, comenta Oliveira (2000, p. 66, itálico da autora):

Desde o *Discurso sobre a origem e a desigualdade entre os homens*, no texto rousseauiano, a liberdade é situada como o objeto da mais alta aspiração a ser buscado pelos homens. (...) Para o autor genebrino, a renúncia do homem à sua liberdade constitui o renegar sua própria qualidade de homem.

Se a liberdade é algo a que não podemos renunciar, em prol da garantia dos elementos que nos constituem humanos, questionamos: por que nos encontramos tão aprisionados em tantos “grilhões”? A sociedade civil nos limita, nos diz o que fazer,

molda nossa moralidade. A indústria cultural nos indica o que consumir e quem devemos ser. Em nosso dia a dia, somos “forçados” a admitir demasiados padrões de comportamento, a exercer papéis distintos, a vestir roupas e máscaras diferentes. Rousseau questiona: “Até agora vi muitas máscaras, quando verei rostos de homens?” (1994b, p. 214).

Voltamos a questionar: se a liberdade é o que nos define enquanto humanidade, será que estamos sendo realmente humanos, no sentido mais literal da palavra? Ou será que nos assemelhamos mais aos robôs, às máquinas, aos animais irracionais? Que liberdade é esta, que almejamos? Gramsci (2001, p. 94) nos lembra a emergência de “participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade”. Se conseguirmos alcançar tais objetivos, estaremos construindo nossa liberdade.

Quando se estuda a obra de Rousseau e foca-se na questão da liberdade, percebe-se que tal categoria é diretamente interligada ao conceito de soberania. O objetivo de Rousseau é formar para a soberania. Soberania pode ser definida como o mais alto poder que o Estado possa atingir. Rousseau compreende que a soberania deva ser exercida não apenas por um representante, mas pelo povo, de uma maneira geral. Para que o povo possa exercer este poder, é fundamental que todos ocupem o lugar de soberanos, é de grande relevância que os cidadãos tenham a consciência de seus papéis.

É fundamental que se faça um pacto, um contrato social. Neste contrato, em prol de um objetivo maior - a soberania, exercida pelo povo - os cidadãos abrem mão de suas vontades particulares, de seus interesses mais egoístas em favor da vontade geral. Cabe lembrar que a vontade geral não é a soma das vontades particulares. A vontade geral é a consciência de que, através da democracia, os cidadãos sejam livres para decidir a partir de suas vontades particulares, mas, soberanamente, desejar e respeitar a vontade geral. Assim, observa-se que, em síntese, a teoria rousseuniana a respeito da liberdade é uma concepção ética, que valoriza os outros enquanto seres humanos, da mesma forma que valorizam a si mesmos.

A educação proposta por Rousseau consiste em um utilitarismo pedagógico. O pensador suíço não deseja formar por si só seu personagem fictício. Mais do que isto: intenciona que sua formação sirva para o comprometimento com sua cidadania, moralidade e política. No “*Contrato*”, Rousseau preconiza a igualdade entre os homens, sendo esta uma consequência de seu projeto social exercido a partir da liberdade e da democracia: “(...) pois a vontade particular tende por sua natureza às preferências, e a vontade geral tende à igualdade” (ROUSSEAU, 2012, p. 42).

Em síntese, a intenção político-pedagógica de Rousseau é a de formar o cidadão livre, entendido como o indivíduo que pode realizar contratos, bem como, administrar o soberano. Emílio é educado com um objetivo muito nobre e que ultrapassa metas de sua própria existência. Sua educação consiste em um acompanhamento estratégico de seu tutor que, ao desenvolver em seu aluno princípios morais/éticos, tem a pretensão de que Emílio atue na política. Ao se defrontar com uma sociedade depravada, Rousseau idealiza o único caminho que pode redimir o homem e a sociedade: a educação.

O liberalismo político lançou mão do conceito de liberdade trabalhado por Rousseau e o utilizou para fins escusos, como, por exemplo, para justificar o livre mercado. O liberalismo consiste em uma doutrina político/econômico/filosófica que defende a liberdade para fins direcionados à ótica do mercado. Ao contrário do que muitas pessoas pensam, distinguindo-se da filosofia lockiana, Rousseau não é um liberal.

Rousseau é um defensor da liberdade humana que independe das relações sócio-econômicas. Aos olhos de Rousseau, em função do liberalismo e da comparação, a sociedade é desigualdade. Na relação com os outros, numa sociedade que preza pela comparação em relação à propriedade privada, não há liberdade no sentido rousseauiano. Pela ótica do mercado, há a dependência do outro. E, se há dependência, não há liberdade. Na visão do liberalismo, os outros seres humanos que habitam o meio social não são vistos de maneira solidária, cooperativa uns com os outros. Os homens tornam-se concorrentes, rivais ou inimigos, gerando uma disputa em que uns se sobrepõem aos outros.

Após mais de cinquenta anos da morte de Rousseau, Karl Marx criticará questões relativas às forças produtivas que constituem a sociedade capitalista. Chamará a atenção para o valor do trabalho produtivo, que se distingue da alienação, onde o trabalhador não se reconhece no produto de seu esforço. Pensamos que o “germe” de tais ideias encontra-se na obra de Rousseau, principalmente no que se refere ao conceito de liberdade.

Entendemos que Rousseau, ao fazer um apelo ao retorno dos ditames da natureza, coloca-se numa posição de resistência às forças impostas pela sociedade civil, que desprezam a vontade dos indivíduos e o aprisionam com uma falsa ideia de liberdade.

Citamos Rousseau: “(...) quanto mais cresce o Estado, mais diminui a liberdade. Quando digo que a relação aumenta, quero dizer que ela se afasta da igualdade” (2012, p. 73). Quanto mais civilizados nos encontramos, mais afastados da ordem natural estamos. O crescimento do Estado implica em mais leis e regras a serem cumpridas e, em função da propriedade privada, que mais desigualdade acarreta entre os homens, cada vez mais são percebidas as diferenças entre os que têm e os que nada adquirem, e, dentro desta perspectiva, o que alguém escolhe ser pouco vale em face dos bens materiais que não possui. Todavia, mesmo dentro de um sistema que fragiliza as pessoas e tenta retirá-las seu bem mais precioso, a liberdade, ainda há a possibilidade de valorizar a ordem natural e não se deixar levar pelos apelos materiais.

Há a possibilidade de voltarmos ao Estado de Natureza? Não, somos seres civis. Entretanto, há a opção, no desenvolvimento de uma criança e em seus inúmeros processos de aprender, de que até a adolescência possa-se viver de maneira mais natural, com o mínimo de intervenção civil possível. E é isso que o autor genebrino propõe no Emílio, pois: “Os preconceitos, a autoridade, a necessidade, o exemplo, todas as instituições sociais em que estamos submersos abafariam nele toda a natureza, e nada poriam em seu lugar” (ROUSSEAU, 2014a).

O homem natural exerce sua liberdade no que diz respeito a seguir seus instintos, desejos e sentimentos mais primitivos. Entretanto, no homem natural, não há moralidade. Paradoxalmente, o homem natural é livre para seguir seus instintos e

independente para viver da forma que desejar, mas, por outro lado, é cerceado por seus apelos naturais. No estado civil, o homem precisa reconhecer que, assim como ele próprio sente os impulsos de seus sentidos, os outros homens também o sentem e, por tal motivo, merecem ser respeitados.

Muitos autores – dentre eles, Voltaire – criticam Rousseau, farta e erroneamente - afirmando que ele desejaria que o homem voltasse a andar “de quatro patas”⁴, ao propor que valorizemos pontos da liberdade natural. Tal crítica, realizada por Voltaire, é um equívoco, pois Rousseau compreende o estado de natureza não como um acontecimento histórico, mas como uma suposição teórica. Nesse sentido, a entrada do homem na civilidade representa um caminho sem possibilidades de retorno.

Em todo caso, há, neste marco teórico que Rousseau imagina e denomina como estado de natureza, muitas coisas que merecem nossa valorização. Dentre elas, a independência, a pureza, a simplicidade e a pacificidade que a liberdade natural poderia oferecer ao homem. Assim, especialmente na infância, Rousseau propõe um modelo de educação que valoriza tais características e denomina este método como o método vinculado à educação negativa.

A educação negativa proposta por Rousseau oferece o máximo de liberdade possível ao educando, respeitando sua individualidade e sua subjetividade. Dessa forma, a educação negativa relaciona-se com a autonomia e com a liberdade que pode oferecer ao indivíduo e é vista como a melhor educação possível por Rousseau:

Denomino educação positiva aquela que pretende formar o espírito antes da idade e dar à criança um conhecimento dos deveres do homem. Chamo educação negativa aquela que procura aperfeiçoar os órgãos, instrumentos de nosso conhecimento, antes de nos dar esses sentidos. A educação negativa não é ociosa, muito ao contrário (ROUSSEAU, 2005, p. 57).

A educação negativa respeita o indivíduo e não o torna escravo de diretrizes educacionais. Consciente ou não, mesmo que se torne um escravo ou dependente de algo ou de alguém, aquele que é escravizado almeja sair de tal condição, com o intuito de afirmar a verdadeira condição de sua vida, que é a liberdade.

⁴ Referência à carta de Voltaire à Rousseau, em 1755, onde Voltaire diz “Il prend envie de marcher à quatre pattes quand on lit votre ouvrage” (2017).

2. A liberdade como elemento imprescindível para a Formação Humana

A priori, poderíamos dizer que aqueles que não estão em um sistema prisional são livres. Entretanto, a discussão a respeito da liberdade é algo muito mais profundo e passível de relativizações. Rousseau é um defensor da liberdade. Entretanto, entende a liberdade de uma maneira muito mais ampla do que somente o que condiz com o aprisionamento de corpos.

Nesse limiar entre a afirmação ou a negação da liberdade, podemos estabelecer um paradoxo entre a liberdade e à obediência às leis. No Estado de Natureza, éramos livres e será o fim da liberdade quando adentramos no Estado Civil? Entretanto, para Rousseau, só é escravo quem se deixa ser. A liberdade, para ele, consiste em uma conquista individual e pode ser alcançada quando nos aproximamos das leis eternas da natureza e nos afastamos das leis civis e morais: “A liberdade não está em nenhuma forma de governo, ela está no coração do homem livre, ele a carrega consigo por toda parte” (ROUSSEAU, 2014a, p. 700).

Sabendo o posicionamento de Rousseau acerca da questão da liberdade no contexto da História da Filosofia, podemos fazer um paralelo entre o pensamento rousseauiano e nossa sociedade hodierna. Nos dias de hoje, ao observar indivíduos “livres” para ir e vir e construírem suas essências⁵, perguntamos: somos de fato livres ou será que estamos aprisionados em inúmeras cavernas⁶ que nos cercam? Cada vez mais, vemos pessoas “presas” a inúmeras tradições e hábitos, a padrões de comportamento, a (pré) conceitos excludentes (racistas, homofóbicos, machistas, xenófobos, etc), a modismos e falácias veiculadas pelas mídias digitais (presentes nas redes sociais, nos programas televisivos, etc). Então, retornamos a pergunta: tais “prisões” aos paradigmas dominantes são condizentes com o ideal de liberdade, autonomia e emancipação que almejamos?

É necessário que formemos em nossos alunos uma consciência libertária, ao propor um modelo de educação libertadora, que proponha a emancipação ao invés de perpetuar o “aprisionamento” em tantas “cavernas” a que somos expostos constantemente. Sobre a necessidade de uma formação humana de acordo com os

⁵ Referência ao pensamento de Jean-Paul Sartre.

⁶ Referência ao pensamento de Platão.

conceitos de liberdade, autonomia e emancipação, lembramos que a liberdade, somada à igualdade, consistem no fim a que Rousseau almeja em seus projetos políticos e pedagógicos⁷: “Se quisermos saber em que consiste precisamente o maior bem de todos, que deve ser a finalidade de cada sistema de legislação, veremos que ele se reduz a estes dois objetos principais, a liberdade e a igualdade” (2012, p. 67).

Mais do que a liberdade civil que autoriza o pacto entre os homens, observamos claramente a antecipação de dois ideais presentes na Revolução Francesa, que tinha por lema “Liberté, Égalité, Fraternité”. Hoje, séculos mais tarde, tal lema continua atual, pois ainda não conquistamos plenamente tais objetivos. Em especial no que diz respeito à liberdade, percebemos que o sistema capitalista a que estamos submetidos, especialmente em nossa realidade brasileira, “sufoca” e “escraviza” aqueles que se encontram nele inseridos.

É fundamental formarmos pessoas autônomas, capazes de construir suas lutas emancipatórias, sejam elas quais forem. A necessidade de uma formação para a autonomia, que se oponha à dependência, que promova seres autossuficientes, capazes de agirem por si próprios e construïrem suas identidades, faz-se urgente. Para a existência de seres livres e emancipados, em várias etapas da aprendizagem, é necessário que se promova um ambiente sem tantos direcionamentos, dando oportunidade para que o educando raciocine e ouse experimentar as lições aprendidas. Para tanto, no processo do aprender, é preciso que a nossos alunos sejam ofertados momentos de liberdade, incluindo possibilidades de deliberações e escolhas, até mesmo para que sejam propostas situações hipotéticas, possibilitando perceber se as lições ensinadas foram realmente apre(e)ndidas, caso contrário:

Submisso em tudo a uma autoridade sempre a ensinar, o vosso (aluno) nada faz a não ser quando lhe dizem, não ousa comer quando tem fome, nem rir quando está alegre, nem chorar quando está triste, nem mostrar uma mão em vez da outra, nem mexer o pé a não ser como lhe é prescrito; logo ele não ousará respirar a não ser de acordo com vossas regras. Em que quereis que ele pense, se pensais tudo por ele? (ROUSSEAU, 2014a, p. 138).

Sabendo o assombro que seria formar alunos dependentes e a par da necessidade de formarmos seres autônomos, perguntamos: como formar pessoas

⁷ A educação para Rousseau consiste em um ato político.

livres numa sociedade onde somos a todo instante “encarcerados” em tantos moldes, limitações e explorações? O filósofo genebrino ressaltaria como elementos fundamentais neste processo de formação a coragem e o autoconhecimento, como que antecipando o pensamento kantiano, em 1784, em resposta à pergunta “o que é o Iluminismo?”, onde diz “Sapere aude! Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento!” (KANT, 2017, p. 1). Para sermos autônomos, é preciso coragem para ousar desprender-se das “amarras” a que estamos submetidos e construirmos nossa identidade e responsabilidade por nossos atos. Assim, o autoconhecimento pode ser visto como um guia para a construção do ser autônomo. É preciso que se conheça e se escute a sua “voz interior” que pode construir de fato o que o indivíduo queira fazer de si mesmo. Rousseau faz, novamente, uma ressalva em relação à Filosofia, ao risco de “consumir” os pensares de outros seres sem questionamento e propõe que sigamos a nós mesmos como elementos norteadores para nos formarmos enquanto seres humanos:

Tomei, então, um outro guia e disse com meus botões: consultemos a luz interior, desorientar-me-á menos do que eles me desorientam, ou, pelo menos, meu erro será meu e perverter-me-ei menos seguindo minhas próprias ilusões do que me entregando às suas mentiras (2014a, p. 377).

Pensando no contexto do Ensino de Filosofia, ensinar a História da Filosofia poderia servir aos educandos como um grande “leque” de ideias, onde são revistas teses, antíteses e sínteses acerca de um mesmo tema filosófico. A Filosofia não estatui ou decide sobre qual seria a resposta correta a respeito de cada questionamento, pois, se assim o fizesse, perderia a essência de seu método. Embora saibamos que, em qualquer tema filosófico que estejamos trabalhando há mascaramentos ideológicos que os cercam, e que a ideologia desempenha um papel limitador da liberdade no agir humano, cabe, então, ao aluno, conhecer os argumentos e, através de seu (auto) conhecimento, defender seus posicionamentos. Tais posições são tão importantes para a formação humana que podem, conscientemente, formar decisões, possibilitar o aprendizado, interferir nas suas ações e construir assim um sujeito autônomo, em que possa enxergar-se naquilo que defende, capaz de construir sua liberdade e deliberar a emancipação de muitas “prisões” que o cercam.

3. O Emílio rousseauiano e a construção de sua liberdade

“*Emílio ou Da Educação*” consiste em um tratado pedagógico que visa à construção de um cidadão livre e consciente de suas ações. Rousseau considera e acredita na capacidade do infante de fazer determinadas coisas, de acordo com a etapa de desenvolvimento que esteja sendo vivenciada.

Para o filósofo, é necessário tempo para que viva de acordo com sua natureza, para experimentar brincadeiras e viver sua infância. Entretanto, vale a ressalva de que a educação negativa não consiste em entregar a criança à sorte de si mesma e ao abandono do cuidado dos adultos. Cabe que entendamos que a educação negativa permite que se respeite a criança como um ser em construção, mas que saibamos que há muito a ser feito, que educar a partir de tal modelo requer trabalho, tempo e atenção por parte do educador.

A liberdade é um elemento imprescindível na forma como Emílio é educado. O objetivo de Rousseau é formar o homem moral, capaz de deliberar a partir de valores pensados previamente, tornando-o um agente de sua vida, responsável por si mesmo. Com a chegada da adolescência, pressupõe-se autonomia por parte do indivíduo, assim como se espera responsabilidade de seus atos, condizentes com a consciência de si. Para tanto, o diálogo faz-se mister no momento em que Emílio estará adentrando os perigos e alegrias da vida social:

[...] só tenho um partido razoável a tomar, que é torná-lo responsável perante si mesmo por suas ações, protegê-lo pelo menos das surpresas do erro e mostrar-lhe claramente os perigos que está cercado. Até agora o contive pela sua ignorância; agora, é pelas luzes que devo contê-lo. (2014a, p. 456).

A emancipação tem em seu horizonte conceitual a superação do modelo capitalista, gerador das “desigualdades entre os homens”, que valoriza ao extremo a aquisição da propriedade privada e despreza o modelo de formação humana. Rousseau encontra-se, em seu tempo, frente ao capitalismo que já “escravizava homens” e realiza uma crítica a este modelo. No “*Emílio*”, é narrado um episódio que ilustra tal afirmação.

Certa vez, Sofia⁸ vai acompanhada de sua mãe, visitar Emílio em seu ambiente de trabalho. Lá, encontra Emílio trabalhando em uma oficina de marcenaria. Emílio é

⁸ Sofia é a personagem feminina de Rousseau neste romance de formação e aparece, no contexto da história, como noiva de Emílio.

um empregado, que recebe “vinte soldos por dia, e mais a comida” (ROUSSEAU, 2014a, p. 646), mas, “se esse rapaz quisesse, ganharia muito mais, pois é o melhor trabalhador da região” (Id., p. 646). Sofia e sua mãe, após a visita, dirigem-se para irem embora e pedem ao dono da marcenaria se Emílio poderia acompanhá-las e o patrão responde negativamente. Emílio é obrigado a ficar. “Escravizado”, portanto, e obrigado a vender sua força de trabalho e seu tempo de vida para o dono da marcenaria, em troca de alguma remuneração que não o enriqueceria. Perde, portanto, o momento de estar com sua amada e viver experiências afetivas que o engrandeceriam. Sofia, sabiamente, fala a sua mãe, realizando uma crítica à valorização exacerbada do capital, presente em uma sociedade que valoriza a propriedade privada:

[...] Deus não permita que Emílio dê tanta força ao dinheiro, que se sirva dele para romper um compromisso pessoal, para violar impunemente sua palavra e fazer com que sua palavra seja violada! [...] Emílio tem outras maneiras de pensar (ROUSSEAU, 2014a, p. 647).

Sendo assim, Sofia espera que Emílio tenha permanecido em seu ofício não em função da remuneração que estava em jogo, mas pelo dever moral que o impulsionaria a seguir em seu trabalho. A liberdade, portanto, se faz presente em um ato consciente em que, por dever, escolhe-se permanecer em seu trabalho. É uma escolha consciente de Emílio, que fora educado com vistas a exercer sua liberdade. Entretanto, ocorre que a desigualdade gerada em função da propriedade privada acaba por retirar dos indivíduos esta conscientização, e os “sufoca”, os “aprisiona” em um ambiente de exploração e de alienação.

A liberdade é fundamental para a formação do ideal de sujeito que desejamos. Rousseau, na obra “*Emílio e Sofia Ou Os Solitários*”, descreve que, apesar de toda a tentativa de uma bela educação ao jovem Emílio, o aluno imaginário, nesta obra que dá continuidade ao “*Emílio Ou Da Educação*”, acaba por se tornar um escravo. Ou seja, Emílio foi educado para ser livre, mas é escravizado.

Um importante aspecto de “*Os Solitários*” seria que a condição infeliz de Emílio e Sofia é uma consequência da sociedade civil. No início do matrimônio, o casal vivia no campo, com os pais de Sofia. Os sogros de Emílio falecem e, em função do ocorrido, os jovens transferem moradia para Paris e vão tentar a vida na cidade. Lá, iniciam-se as agruras de ambos. Sofia engravida de outro homem e Emílio tenta a

vida como marinheiro. Sendo assim, o principal motivo da derrocada dos dois seria o dinamismo presente na sociedade civil corrompida. Em tal modelo social há momentos de vitórias e outros de derrotas.

“*Emílio e Sofia*” consiste em um escrito inacabado por Rousseau. O “fim” do romance se dá no meio de uma frase, sem um desfecho final. Sendo assim, interrogamos: que final Rousseau daria para tal estória? E, qual o sentido de construir um romance pedagógico otimista, como “*Emílio ou Da Educação*” e, posteriormente, publicar a continuação onde se poderia concluir que o projeto educacional de Emílio teria sido falho, pois, tanto ele como Sofia, não tiveram destinos muito felizes?

A tônica da abordagem rousseauiana é a de nos informar que, mesmo que empreguemos todos os nossos esforços com vistas a educar da melhor maneira um indivíduo, com ideais de liberdade, nunca saberemos o resultado de tal processo. A educação não é algo exato, como um problema de álgebra. É uma constante incógnita que, justamente, por não sabermos o resultado, demonstra a sua beleza. Nossos alunos são indivíduos livres para agirem de acordo com suas consciências e trilharem caminhos que não os indicaríamos. E fazem parte de um estado civil em que imperam infinitas formas de corrupções. E, justamente por serem livres, nem sempre os melhores caminhos são aqueles que serão escolhidos por nossos educandos.

Outra reflexão que o desfecho de Emílio e Sofia propõe é que a vida não é feita somente de momentos felizes. Parece óbvia tal afirmação. Talvez seja. Mas, dada a obviedade, não seria também papel da educação educar para os dissabores? Educar para a força, para a resistência, para que não permitamos que façam de nós nada além daquilo que não escolhermos, para que não nos entreguemos facilmente e que, após as quedas, sejamos livres para o levantar.

Emílio, em “*Os Solitários*”, narra o episódio que o escravizou. Sua ingenuidade foi o estopim da sua condição. Na tentativa de se tornar um marinheiro, Emílio cai em uma armadilha e se vê preso a uma condição que independe de sua vontade. Entretanto, percebe que a liberdade não diz respeito apenas à prisão de seu corpo físico. Compreende que, muito antes de se tornar um prisioneiro, já era escravo das amarras da sociedade. E entende que a liberdade também diz respeito ao pensamento autônomo, a um bem intelectual, que não pode ser relacionado somente

à corporeidade: “Estou mais livre que antes. Émile escravo! [...] O que perdi de minha liberdade primitiva? Acaso não nasci escravo da necessidade? Que novo jugo os homens podem me impor? O trabalho? Quando era livre, não trabalhava?” (ROUSSEAU, 2010b, p. 80).

Mas Emílio não se mostra como um escravo qualquer. O aluno fictício de Rousseau, apesar de ter sido escravizado e traído por sua esposa, com um destino não tão feliz, não é alguém que se conforma facilmente com tal condição. Emílio jamais seria um escravo consciente de sua condição, sujeito à civilidade, que seu preceptor tanto condenaria. Emílio é perspicaz, não se rende de forma fácil, luta com todas as suas forças intelectuais e físicas e oferece resistência em relação aos valores que despreza. Dent (1996, p. 120) narra o desfecho do destino de Emílio:

Na segunda carta, conta como embarcou para a Itália mas no caminho o navio foi atacado por piratas e ele foi vendido como escravo. É tratado brutalmente mas, por fim, suscitou uma onda de resistência entre seus companheiros de escravidão e persuade o senhor de que todos trabalhariam melhor se fossem tratados de forma condigna. Emílio foi encarregado de tomar as medidas adequadas e saiu-se tão bem da incumbência que foi feito escravo do rei (sic) da Argélia. A carta interrompe-se no ponto em que, ao que parece, Emílio [...] está prestes a tornar-se o valioso assessor de um poderoso rei.

Percebemos, assim, que, apesar da sua condição de prisioneiro, Emílio exerceu seu potencial de escolhas tornando-se um ativo construtor de sua liberdade.

4. Indicações metodológicas para o exercício da liberdade por meio da obra de Jean-Jacques Rousseau

Através do Ensino de Filosofia, é possível extrair algumas atitudes com vistas ao desenvolvimento do ser livre. Algumas delas poderiam ser:

- Rousseau esclarece que as ações livres são derivadas da vontade e da possibilidade. Creiamos que um debate que desmistificassem ideologias citadas em discursos defensores da meritocracia, poderia fazer com que os alunos pudessem pensar sobre suas vidas. Dentre tantas coisas que lhes são possíveis, quais as escolhidas para fazer acontecer? E, em relação àquelas que, no momento não lhes são possibilitadas, quais são os meios que devem construir para conseguirem realizar suas vontades? A consciência de que não somos totalmente livres, em função das

relações de poder, funcionaria como um primeiro passo na construção de suas liberdades e emancipações. Ao “driblar” seus limites, determinações físicas, econômicas e sociais, há a possibilidade de ousar variadas versões de si mesmo e, cabe ao aluno, decidir quais delas emprega sua vontade. Decidir, portanto, o quê deseja tornar-se e quais caminhos deseja seguir na trilha de sua existência. Para tanto, vale a distinção entre vontade e poder na obra rousseauiana, que poderia dar margem ao projeto pedagógico proposto:

Toda ação livre tem duas causas que concorrem em sua produção: uma moral, que é a vontade que determina o ato, e a outra física, que é o poder que a executa. Quando me dirijo a um objeto, é preciso, primeiro, que eu queira ir até ele e, em segundo lugar, que meus pés me levem até lá (1999b, p. 135).

Rousseau chama a atenção para a importância da coragem para emancipar-se, e sair da quietude e ousar ser protagonista de sua existência. Para ser livre, também é preciso ser corajoso. A falta de coragem gera a manutenção da escravidão: “A força fez os primeiros escravos, sua covardia os perpetuou” (ROUSSEAU, 1999b, p. 57).

- O ambiente das aulas deve ser livre de autoritarismo. O professor deve conquistar sua autoridade, confiança e respeito de seus alunos pela figura que representa. Após este trabalho, os educandos deverão introjetar seus direitos e deveres e o ambiente deverá ser dirigido dando margem à maior liberdade de expressão possível:

A confiança que deve ter em seu preceptor é de outra espécie [...]. Uma longa experiência convenceu-o de que é amado por seu guia; de que esse guia é um homem sábio, esclarecido, que, querendo a sua felicidade, sabe o que pode proporcioná-la (ROUSSEAU, 2014a, p. 343).

- As tarefas a serem cumpridas poderão ser ofertadas com liberdade para que o aluno escolha temas de seu interesse e descubra conclusões. A presença da liberdade no percurso do aprender possibilita, assim, que o processo de aprendizagem se torne democrático, ao invés de apresentar-se de forma imposta autoritariamente. A liberdade para aprender conteúdos que o aluno se sinta motivado, identificado e propenso a desvendar, certamente faria um grandioso diferencial na efetiva contribuição do aprender à formação humana. Obviamente, demandaria um certo trabalho por parte do docente. Entretanto, tal abordagem daria autonomia para

que o aprendiz construísse estratégias e caminhos com a sua identidade para a compreensão de argumentos e garantiria que o jovem aprendesse determinado conteúdo por se sentir agente do processo epistemológico. Rousseau diz que:

(...) conseguimos noções bem mais claras e bem mais seguras das coisas que aprendemos por nós mesmo do que das que recebemos dos ensinamentos de outrem, e (...) tornamo-nos mais engenhosos descobrindo relações, unindo ideias, inventando instrumentos (2014a, p. 230).

Assim, no momento em que assumimos uma postura de educar para a liberdade, estamos educando além das diferenças de classes sociais, para que possam ser formados cidadãos capazes de lutar contra as mais variadas formas de exclusões presentes na vida cotidiana.

Para não concluir

Discutir sobre liberdade é algo necessário. Nós, docentes, temos um grandioso papel na sociedade. Lidamos com seres humanos em formação e, através de Rousseau, podemos inferir pistas para entendermos e construirmos ideais libertários. Compreendemos que, ao valorizarmos as potencialidades da vida humana, o ser humano exerce seu protagonismo no âmbito da sociedade que pretenda ser acessível ao seu *modus vivendi*. Sendo assim, uma educação que se preste a tais objetivos se compromete com o ideal de uma sociedade mais justa e igualitária para todos e, desta forma, o modelo rousseauiano muito tem a contribuir neste processo.

Esperamos que tais considerações apontem para que possamos seguir pensando acerca de tais questões e que o legado de Rousseau possa servir de impulso para nossos pensares livres, nos nossos tempos e lugares.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CORRÊA, Letícia Maria Passos. **O exercício do filosofar como caminho para a formação humana**: uma hermenêutica da obra de Jean-Jacques Rousseau para pensar o ensino de filosofia. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

DENT, N. J. H. **Dicionário Rousseau**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v. 1.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta**: “Que é o Iluminismo?”. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/kant_o_iluminismo_1784.pdf . Acesso em: 22 mar. 2017.

_____. **Sobre a Pedagogia**. 3 ed. Piracicaba: UNIMEP, 2002.

OLIVEIRA, Neiva Afonso. **Rousseau e Rawls**: contrato em duas vias. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Carta a Christophe de Beaumont e outros escritos sobre a religião e a moral**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

_____. **Do Contrato Social; Ensaio sobre a origem das línguas**. In: Coleção Os Pensadores, Volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1999b.

_____. **Émile e Sophie ou Os Solitários**. São Paulo: Hedra, 2010b.

_____. **Emílio ou Da Educação**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014a.

_____. **Julia ou a Nova Heloísa**: Cartas de dois amantes habitantes de uma cidadezinha ao pé dos Alpes. Campinas: UNICAMP, 1994b.

_____. **O contrato social**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

VOLTAIRE. **Lettre de Voltaire à Jean-Jacques Rousseau**. Disponível em: <http://tecfa.unige.ch/proj/rousseau/voltaire.htm> . Acesso em: 05 fev. 2017.